



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

COORDENADORIA DE GESTÃO COMPARTILHADA DE PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRAÇÃO INTERNA DE PRESIDENTE PRUDENTE

Entre os dias 25 e 26 do mês de abril de 2018, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho SAMUEL HUGO LIMA, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 5/2018, divulgado em 5/3/2018 no DEJT (Edição 2427/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – páginas 936 e 937). Presente a Juíza Substituta Responsável Técnica VANESSA MARIA SAMPAIO VILLANOVA. Com base nas informações prestadas pela Coordenadoria e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

1 – ESTRUTURA FUNCIONAL:

(fonte: Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUÍZA DIRETORA DO FÓRUM
KÁTIA LIRIAM PASQUINI BRAIANI

JUÍZA RESPONSÁVEL
VANESSA MARIA SAMPAIO VILLANOVA

2 – QUADRO DE SERVIDORES:

2.2 Lotação – Servidores da secretaria:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
Adailton Alves da Silva	TJA	CJ-02 Diretor Serviço Distribuição de Feitos	28/05/2015
Gustavo Camargo Kaloglian (REM)	Tec-Seg.	FC-05 Assistente de Diretor Distribuição	28/05/2015
Marcos Vinícius Bocal de Oliveira (REM)	TJA		28/05/2015



Ricardo Diamante de Castro (REM)	TJA		28/05/2015
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			1
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			3

REM – Removido

TJ-SEG – Técnico Judiciário – área de segurança

2.2 Servidor não computado no ideal:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
Ângelo Martins Rocha	TJ-seg	-	28/05/2015
Danilo de Oliveira Prado	TJ-seg	-	11/08/2015

TJ-Seg – Técnico Judiciário – área de segurança

2.3 Lotação – Oficiais de Justiça:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
Ana Lucia Paranhos Martins	AJ-OJA		06/07/2015
Antonio Cordeiro da Silva	AJ-OJA		26/6/2015
Carlos Aquiles Fumis	AJ-OJA		28/5/2015
Helio Vasconcellos Batista	AJ-OJA		6/7/2015
Robson Tarifa Navarro	AJ-OJA		26/6/2015
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			5
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			0

AJ-OJA – Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador

REQ – Requisitado de município

2.4 Ausências, exceto férias – 6/7/2017 a 16/4/2018:

(fonte: Serviço de Registros Funcionais e Frequência)

MOTIVO	DIAS
Compensação de dias trabalhados em recesso	1
Compensação de dias trabalhados em plantão judiciário	18
Licença luto	8



Viagem a serviço	2
Licença casamento	8
Licença para tratamento da própria saúde	83
Licença à gestante	62
Participação em greve	3
Total:	185

2.5 Estagiários:

(fonte: Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
Camila Balloni	CIEE	16/3/2018
Matheus Henrique Ribeiro Silva	CIEE	16/4/2018

2.6 Ações de capacitação – 6/7/2017 a 16/4/2018 (metas 15 do CNJ e 30, 31 e 32 do TRT-15):

(fonte: Seção de Capacitação de Servidores)

SERVIDORES	HORAS
Robson Tarifa Navarro	360

3 – MOVIMENTAÇÃO – COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO (PETIÇÕES E EXPEDIENTES RECEBIDOS):

(fonte: SAP 1G)

DESTINATÁRIO	2016	2017
1ª VARA	6.511	4.157
2ª VARA	7.062	4.069
COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO	62	51*
PROTOCOLO INTEGRADO	0	0
TOTAIS	13.635	8.277

* A quantidade é a somatória das petições direcionadas para a Coordenadoria de Gestão Compartilhada (2 petições) e para a Distribuição de feitos de Presidente Prudente (49 petições).

4 – MOVIMENTAÇÃO DA CENTRAL DE MANDADOS:

(fonte: Coordenadoria de Gestão Compartilhada de Processos Judiciais e Administração Interna)

Não há diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça no SAP1G, assim como não há diligências pendentes de cumprimento com prazo vencido no SAP1G



e PJ-e.

5 - MOVIMENTAÇÃO DO NÚCLEO REGIONAL DE GESTÃO DE PROCESSOS E DE EXECUÇÃO

(fonte: Coordenadoria de Gestão Compartilhada de Processos Judiciais e Administração Interna)

5.1 CONTROLE DE AUDIÊNCIAS

a) Audiências na fase de CONHECIMENTO realizadas:

UNIDADE	QUANTIDADE DE PROCESSOS	CONCILIAÇÕES EM AUDIÊNCIA	VALORES CONCILIADOS
1ª VT Presidente Prudente	645	260	R\$ 2.354.561,39
2ª VT Presidente Prudente	723	346	R\$ 3.171.032,01
VT Adamantina	49	14	R\$ 125.750,15
1ª VT Assis	4	1	R\$ 18.000,00
2ª VT Assis	2	2	R\$ 38.000,00
VT Presidente Venceslau	24	11	R\$ 223.242,12
TOTAL	1.447	634	R\$ 5.930.585,67

b) Audiências na fase de EXECUÇÃO realizadas:

UNIDADE	QUANTIDADE DE PROCESSOS	CONCILIAÇÕES EM AUDIÊNCIA	VALORES CONCILIADOS
1ª VT Presidente Prudente	448	155	R\$ 6.181.497,46
2ª VT Presidente Prudente	438	186	R\$ 8.718.818,04
VT Adamantina	15	11	R\$ 1.000.620,79
1ª VT Assis	2	1	R\$ 20.000,00
2ª VT Assis	2	1	R\$ 8.632,64
VT Teodoro Sampaio	1	1	R\$ 267.629,20
VT Presidente Venceslau	4	4	R\$ 80.071,26
TOTAL	910	359	R\$ 16.277.269,39

5.2 MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO

O gestor informou serem adotadas na Circunscrição medidas de incentivo à mediação, apontando que normalmente há audiências de segunda a quinta-feira na sede da circunscrição, com a presença da Juíza Responsável no Fórum. Às sextas-feiras e, eventualmente, em outros dias da semana, há o deslocamento para audiências em



outras Varas da circunscrição. Afirma, também, que são incluídos na pauta do CEJUSC processos das fases de conhecimento, liquidação e execução, em conformidade com as necessidades das Varas, aferidas através de reuniões ou contatos telefônicos com os Juízes Titulares.

Noticiou também que a Magistrada faz reuniões periódicas com empresas e advogados, para a elaboração de pautas e incentivo a acordos. Aduz que também são realizadas reuniões com os Procuradores do Trabalho para a elaboração de pautas temáticas referentes a ações civis públicas.

O gestor citou que, durante as Semanas de Conciliação, o CEJUSC adota o Projeto “A Arte de Conciliar”, de autoria da própria Juíza Responsável pela Unidade, o qual proporciona apresentações artísticas diversificadas, envolvendo música, teatro, dança, exposição de telas, bem como outras manifestações artísticas. Referido projeto ganhou em 2017 o prêmio “Conciliar é Legal”, do Conselho Nacional de Justiça. Acrescenta que também é adotado no CEJUSC o projeto “Triando a Conciliação”, igualmente idealizado pela Juíza Responsável, por meio do qual a Unidade monitora todas as novas ações ajuizadas no Fórum de Presidente Prudente, na busca de processos repetidos contra uma mesma empresa, para que seja feito um mutirão específico de audiências ou reuniões entre as mesmas partes.

Por fim, informou que a Coordenadoria conta com três servidores capacitados para mediação e um quarto servidor está participando do curso oferecido pela Escola Judicial.

5.3 INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL – GRANDES DEVEDORES

a) **Relação de Investigação Patrimonial em andamento (de outros anos e as iniciadas neste ano):**

NÚMERO DO PROCESSO	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO
09/2016	23	R\$ 474.115,53
18/2016	16	R\$ 337.087,39
03/2017	27	R\$ 601.335,86
04/2017	14	R\$ 354.503,51
05/2017	11	R\$ 380.420,60
01/2018	12	R\$ 472.682,52
02/2018	11	R\$ 197.735,11
TOTAL	114	R\$ 2.817.880,52



b) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no ano com resultado INTEGRALMENTE POSITIVO:

NÚMERO DO PROCESSO	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO
03/2015	102	R\$ 1.626.826,99
08/2016	14	R\$ 539.306,38
20/2016	1	R\$ 12.234,97
TOTAL	117	R\$ 2.178.368,34

c) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no ano com resultado PARCIALMENTE POSITIVO:

NÚMERO DO PROCESSO	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DAS EXECUÇÕES	ALCANÇADO	
			R\$	%
06/2016	18	R\$ 304.852,91	0	
11/2016	11	R\$ 449.364,64	0	
13/2016	20	R\$ 295.647,76	0	
17/2016	11	R\$ 654.714,03	R\$ 97.744,03	15%
TOTAL	60	R\$ 1.704.579,34	R\$ 97.744,03	5,73

d) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no ano com resultado FRUSTRADO:

NÚMERO DO PROCESSO	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO
05/2016	19	R\$ 1.078.123,91
12/2016	18	R\$ 34.205,02
15/2016	44	R\$ 855.814,41
TOTAL	81	R\$ 1.968.143,34

e) Valores arrecadados decorrentes de execuções RESOLVIDAS pela investigação Patrimonial:

UNIDADE	QUANTIDADE DE PROCESSOS	VALOR DAS EXECUÇÕES
1ª VT Presidente Prudente	07	R\$ 943.895,99
2ª VT Presidente Prudente	02	R\$ 66.217,10
TOTAL	09	R\$ 1.605.113,09

6 - MOVIMENTAÇÃO DA SEÇÃO DE HASTA PÚBLICA (SHP)

(fonte: Coordenadoria de Gestão Compartilhada de Processos Judiciais e Administração Interna)

a) Hastas Públicas realizadas:



IDENTIFICAÇÃO DA HASTA	QUANTIDADE DE PROCESSOS INCLUÍDOS EM HASTA	QUANTIDADE DE BENS INCLUÍDOS EM HASTA	VALOR TOTAL DOS BENS INCLUÍDOS	% QUANT. BENS ARREMATADOS	% VALOR BENS ARREMATADOS
01/2017	42	67	R\$ 6.720.836,46	14,93	13,33
02/2017	20	16	R\$ 1.131.136,00	43,75	28,54
03/2017	31	36	R\$ 14.821.833,00	44,44	7,05
04/2017	35	29	R\$ 4.920.400,00	34,48	4,27
05/2017	23	23	R\$ 8.929.757,95	17,39	6,99
06/2017	30	30	R\$ 2.227.860,16	33,33	23,62
01/2018	41	41	R\$ 18.401.182,33	34,15	7,91
TOTAL*	222	242	R\$ 57.153.005,90 (*)		

(*) Foi equivocadamente informado no formulário o somatório de R\$ 156.364.515,38.

b) Varas da Circunscrição que não incluíram processos em Hasta Pública

Não há

7 – CONSTATAÇÕES:

Comparativamente à ata de 2017, o quadro de servidores foi reduzido em 2 servidores, porém a lotação da unidade, conforme informações do Setor de Provimento e Vacância deste Regional, está dentro do parâmetro estabelecido no anexo da recém publicada Portaria GP nº 20 de 16 de abril de 2018, fixada nos termos da Resolução 219/2016 do CNJ. Ainda, há 2 servidores não computados no ideal (os mesmos servidores relacionados em 2017), tratando-se dos TJ-Seg – Técnico Judiciário – área de segurança. Em relação aos oficiais de justiça, a unidade mantém os mesmos 5 oficiais, portanto dentro dos parâmetros fixados na norma ora mencionada.

Foram apresentados os dados da unidade e produtividades alcançadas, conforme levantamentos acima, à magistrada responsável pela Coordenadoria de Gestão Compartilhada, aos servidores dessa Coordenadoria e seu coordenador e aos Oficiais de Justiça. Após, foram realizadas reuniões com abordagem dos seguintes temas: frequência, protocolos, audiência de mediação, sistema EXE15, integração entre os servidores do grupo interno de execução (GIE) das Secretarias do Fórum com os Oficiais de Justiça e iter procedimental dos oficiais de justiça na fase de execução.

Em cumprimento à determinação da correição anterior, porque elevado o número de compensações de dias trabalhados em plantão judiciário, o Coordenador anexou cópia da frequência dos servidores no período de 05/2016 a 01/2017, no qual foi



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



constatado a compensação de 28 dias decorrentes de plantão, sendo 7 por oficiais de justiça, referentes aos saldos existentes à época que efetuavam averbações. Informou, ainda, que não havia livro ponto de presença em plantão de servidores, o que foi implementado a partir de 14/11/2017. Por fim, esclareceu que a inscrição para a participação nos plantões é feita a partir do encaminhamento prévio de e-mail aos envolvidos, sendo que o servidor escalado em regime presencial, após a realização do plantão, faz a averbação, por meio do *chronos web*, do dia trabalhado, com a ciência do superior hierárquico. O relatório de 2017 demonstra o trabalho em cerca de 20 dias a título de plantão judiciário (período após 6/7/2017 e até 16/4/2018) e compensação de 18 dias.

Protocolo de petições direcionadas a processos eletrônicos: observa-se que o protocolo continuou, porém em menor número.

Relataram que não há audiência de conciliação/ mediação em todas as unidades da Circunscrição. Noticiaram que (item 38):

“No ano de 2017, foram atendidas as unidades de Presidente Venceslau, Assis, Teodoro Sampaio e Adamantina. Já no ano de 2018, há pautas marcadas para todas as Varas da circunscrição, à exceção de Presidente Venceslau e Rancharia. Quanto a Presidente Venceslau, já foi feito contato com o MM. Juiz Titular daquela Vara e estamos aguardando o seu retorno para marcação da pauta. Quanto à vara de Rancharia, avaliamos que o baixo volume processual da unidade não justificaria o deslocamento do Cejusc”.

A unidade adota incentivos à mediação com a designação de audiências em auxílio às varas, para processos de todas as fases processuais. Além disso, a Juíza Responsável é autora de dois projetos: “A Arte de Conciliar” e “Triando a Conciliação”. O primeiro foi ganhador do prêmio “Conciliar é Legal” em 2017 e é adotado nas semanas de conciliação, período no qual a unidade proporciona apresentações artísticas diversificadas, envolvendo música, teatro, dança, exposição de telas, bem como outras manifestações artísticas. Já o segundo é aquele em que Unidade monitora todas as novas ações ajuizadas no Fórum de Presidente Prudente, na busca de processos repetidos contra uma mesma empresa, para que seja feito um mutirão específico de audiências ou reuniões entre as mesmas partes. Foi informado pelo gestor que sua implementação em 2017 rendeu bons resultados, citando o processo 0010142-74.2017.5.15.0115, no qual foram feitos acordos envolvendo todos os empregados dispensados da empresa.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Sistema EXE15. No formulário, o coordenador informou que,

“[...] por opções dos Juízes do Fórum, não é adotado o campo rascunho no PJE [sic], de manifestação que todas as diligências dos oficiais de justiça devem ser elencadas em sua certidão, a qual deverá ser juntada ao processo (item III.10 da parametrização local).”

O não atendimento ao normativo já havia sido constatado na Correição anterior. Nesta oportunidade, foi reiterada a necessidade de se dar cumprimento ao procedimento determinado pela Corregedoria, inclusive esclarecendo a utilidade e relevância do “Rascunho/Anotações” no sistema EXE15. Nesse sentido, a magistrada responsável pela CGC compromete-se a compartilhar o presente esclarecimento com os demais participantes da reunião que estabeleceu a parametrização local, readequando-a às normas da Corregedoria, como determinado. Reitera-se que a parametrização local pode estabelecer prazos diferenciados para o cumprimento de mandados, de acordo com a complexidade das diligências, na forma da regulamentação da Corregedoria deste Tribunal, sempre que houver.

Recomenda-se que o video Dicas da Corregedoria nº 28, que trata do “Rascunho/Anotações” no sistema EXE15 seja visualizado por todos os servidores da CGC.

Em relação a consulta ao sistema Exe15, antes da expedição de mandado para aproveitamento das diligências já cadastradas, observou-se que os GIEs das Varas não estão atendendo ao normativo, acarretando a expedição de mandados repetidos. Porém, os oficiais estão utilizando a diligência anterior para instruir novo mandado, inclusive registrando a insolvência, conforme prevê o normativo (Por exemplo: 0010846-34.2015.5.15.0026, com utilização da certidão lavrada no processo 0010099-45.2014.5.15.0115; 0011144-60.2014.5.15.0026 com utilização da certidão lavrada no processo 0011103-51.2015.5.15.0061). Não havendo, portanto, a mera devolução.

Por amostragem, constata-se que os oficiais não utilizam a certidão negativa padronizada (por exemplo: 0011200-59.2015.5.15.0026 e 0011835-06.2016.5.15.0026), o que deve ser observado. Embora registrem que se trata de execução frustrada no sistema EXE15 e relatem as ferramentas utilizadas, a maioria das certidões apresentadas não são conclusivas e ao final delas consta apenas: “*Ante o exposto, era o que cumpria certificar, aguardando novas determinações*” ou “*Posto isso, no aguardo de*



novas determinações, devolvo o mandado”. A título de exemplos, processos: 0011835-06.2016.5.15.0026 e 0011790-36.2015.5.15.0026)

Nada obstante a informação de que os devedores investigados são selecionados com base na lista de maiores devedores do sistema EXE15, constata-se procedimento administrativo instaurado (20/2016) com apenas um exequente.

Verificado que é elevado o número de diligências de notificações urgentes, inclusive, para cumprimento com urgência e com prazo bastante exíguo.

Notificações eletrônicas. Constata-se que há anuência de algumas poucas empresas, condicionadas à realização por Oficial de Justiça. Segundo esclareceram os Oficiais de Justiça, a concordância ocorreu porque houve o comprometimento deles em contatar a parte, antes e depois de realizado o envio da mensagem eletrônica. Conforme resposta em formulário enviado à Corregedoria, a recusa das empresas se dá pela justificativa de que: “[...] *não se sentem seguros em receber notificações por e-mail, quando estas foram encaminhadas diretamente pela Secretaria da Vara.[...]*”. Segundo consta do formulário, os oficiais de justiça são orientados a prosseguir com promoção da prática e obtenção de aceites para recebimento da notificação eletrônica.

Realizada reunião com os servidores da CGC e oficiais de justiça para reforçar as orientações dos pontos registrados na Ata, informaram:

“[...] ainda, que várias notificações são encaminhadas para cumprimento em área rural, contudo, muitas delas são destinadas a empresa com escritório para correspondências em área urbana, a exemplo das empresas UMOE BIOENERGY e USINA ALTO ALEGRE, situadas em regiões atendidas pelos Correios [...]”

Trata-se de informação relevante, na medida em que o envio de correspondência pelos Correios, minimiza a atuação dos oficiais de justiça em diligências às áreas rurais. Assim, a Corregedoria orienta que os endereços das mencionadas reclamadas sejam compartilhados com as Varas da Circunscrição de Presidente Prudente, tendo em vista a necessária otimização dos serviços, tanto das Secretarias como dos Oficiais de Justiça.

8 – DETERMINAÇÕES:

8.1 – observar o disposto no item 3 da Ordem de Serviço CR nº 07/2016, no qual se esclarece o procedimento para anexar à certidão negativa o documento



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



“rascunho/anotações”, como forma de prestar informações úteis ao Juízo, sem a juntada no processo;

8.2 – cumprir o inciso X, art. 1º do Provimento GP-CR nº 05/2015, que estabelece: “X – O mandado deverá ser integralmente cumprido pelo oficial para o qual foi distribuído. Na hipótese de diligências em zonas diversas, o mandado poderá ser redistribuído pelo próprio oficial destinatário da diligência, desde que haja aquiescência do oficial que receberá a diligência, sendo vedada a devolução para que a unidade de origem faça a redistribuição;” e inciso XII, art. 1º do Provimento GP-CR nº 05/2015, que diz: “XII – os esclarecimentos sobre o cumprimento do mandado deverão ser tratados diretamente com o juiz da execução, o juiz responsável pela central ou aquele em exercício nos Núcleos de Gestão de Processos e de Execução e certificados pelos Oficiais de justiça, sendo vedada a devolução do mandado para esse fim”;

8.3 – cumprir a alínea A, inciso IV, art. 53º da Resolução Administrativa n.º 10/2012, alterada pela Resolução Administrativa nº 06/2015, que determina: “Art. 53. Às Coordenadorias de Gestão Compartilhada de Processos Judiciais e Administração Interna, vinculadas à Secretaria-Geral Judiciária e instaladas nos Fóruns Trabalhistas localizados em municípios sede de circunscrição, compete: IV – em matéria de pesquisa patrimonial: a) a identificação dos maiores devedores;” e o art. 2º do ATO GP-CR Nº 05/2015, que diz: “Art. 2º Os Núcleos de Gestão de Processos e de Execução, a partir das informações do sistema, definirão o devedor com maior número de credores ou maior impacto social, dentre aqueles com processos na respectiva circunscrição de abrangência, para investigação patrimonial”;

8.4 – observar o item I da Ordem de Serviço nº 01/2015, segundo a qual: “I – Com a finalidade de facilitar a gestão de pessoas e de processos de trabalho, os Juízes Diretores dos Fóruns devem zelar para que os servidores lotados nas Coordenadorias de Gestão Compartilhada de Processo Judiciais e Administração Interna e pelas Coordenadorias Integradas de Atividade Administrativa, Judiciais e Centrais de Mandados sejam alocados em ambientes próximos, para que reste configurado apenas um setor de trabalho, destacando uma sala reservada à pesquisa patrimonial avançada, em razão do disposto no art. 9º, § 1º, do Provimento GP-CR nº 06/2014, com computadores específicos com amplo acesso às redes sociais e sites de busca. Necessária, também, área suficiente para abrigar todos os oficiais de justiça, e que tenha



pelo menos um computador disponível para cada dupla de oficiais lotados na unidade”.

9 – RECOMENDAÇÕES

9.1 - Visualização do video Dicas da Corregedoria nº 28, que trata do “Rascunho/Anotações” no sistema EXE15 por todos os servidores da CGC.

10 – ATENDIMENTOS:

Compareceu o Dr. Élcio Aparecido Vicente, OAB nº 23.339.

Em 26/04/2018, o Desembargador Corregedor Regional prestigiou brevemente a reunião sobre as ações que serão desenvolvidas no dia 12 de junho, dia Mundial, Nacional e Municipal de Combate ao Trabalho Infantil neste Fórum Trabalhista. A reunião contou com a presença dos órgãos JEIA da Circunscrição de Presidente Prudente, Ministério do Trabalho, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, CMDCA, SENAI, Direção de Ensino, SENAC e PETI e da Juíza do Trabalho Responsável pela CGC de Presidente Prudente.

11 - OBSERVAÇÕES GERAIS

11.1 – A MM. Juíza Substituta Responsável Vanessa Maria Sampaio Villanova Matos reside na sede da circunscrição.

11.2 – Foi informado pelo Coordenador da CGC que o edital de Correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

11.3 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do Coordenador, pontualmente, sobre todas as determinações, recomendações, orientações e sugestões, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da



publicação. Esclarece-se, ainda, que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4311/2016.

12 – ENCERRAMENTO

No dia 26 de abril de 2018, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.